

## A PERDA DA FLEXÃO COMO FATOR DETERMINANTE NO USO DO PRONOME EXPRESSO SUJEITO EM SENTENÇAS FINITAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Maridelma Laperuta

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é expor, introdutoriamente, a teoria de *Princípios e Parâmetros* (CHOMSKY, 1981) restringindo-se às características do conhecido e famoso parâmetro *pro-drop*. O parâmetro *pro-drop* (ou parâmetro do sujeito nulo) foi já objeto de estudo de várias pesquisas gerativistas e, em tempos mais recentes, tem auxiliado nas análises lingüísticas que não se limitam a estudos de língua-L, mas se estendem também a investigações da realidade lingüística de falantes, com uso de *corpora*. A língua portuguesa é considerada, por diversas pesquisas, como sendo *pro-drop*, mas outras tantas têm demonstrado que o português **falado no Brasil** não é mais uma língua de sujeito nulo. Pelo contrário, esses estudos têm demonstrado que a “nossa língua” tem perdido a capacidade de licenciar concordância e, por isso, exigido a presença de uma categoria expressa na posição sujeito. Neste artigo, estou, então, reportando o resultado de um pequeno trabalho que vem corroborar a hipótese de que o português brasileiro é uma língua que exige pronome na posição sujeito.

**PALAVRAS-CHAVE:** parâmetro *pro-drop*; concordância; sociolingüística paramétrica.

<sup>1</sup> A utilização das transformações na gramática, num sentido rigoroso, foi uma inovação dos anos 50, implicando uma reorientação da teoria lingüística e uma técnica de descrição significativamente diferente. (GLEASON JR, 1985, p 181-205)

<sup>2</sup> Em que S = sentença, do inglês, *sentence*; NP = sintagma nominal, do inglês, *noun phrase*; VP = sintagma verbal, do inglês, *verb phrase*.

*Syntactic Structures* é o nome do primeiro livro de Chomsky, publicado em 1957, que ficou conhecido por estabelecer a noção de Gramática Gerativa e redefiniu alguns conceitos de *regras de transformação*<sup>1</sup>. Essa gramática transformacional (tal como concebida por Chomsky) compõe-se de um conjunto de regras de estrutura de frase (por exemplo, **S → NP + VP**)<sup>2</sup>, que geravam a estrutura básica da sentença, mais um conjunto

de regras transformacionais que alteravam essas orações em várias direções. Vem daí o nome pelo qual ficou conhecida: **gramática gerativa transformacional**. Esse modelo foi superado pelo modelo conhecido como “Aspects”, em função do livro de Chomsky chamado *Aspects of the Theory of Syntax*, que posteriormente foi designado *Teoria Padrão*. Essa teoria foi decisiva para o reconhecimento das estruturas profunda e superficial na sentença, relacionadas pelas transformações, e para a introdução da distinção entre *competência* e *desempenho*<sup>3</sup>. Durante os anos 70, surgiu a *Teoria Padrão Estendida*, que refinou os tipos de regras que eram empregadas.

A partir de 1981, Chomsky propõe um modelo de gramática que vai revolver as teorias gerativas anteriores e que dá novos rumos para os estudos de variação e de mudança lingüísticas, no âmbito dessa teoria. Trata-se da *Teoria de Regência e Vinculação (ligação) (government and binding – GB)* (CHOMSKY, 1981), baseada em *Princípios e Parâmetros*. As línguas naturais, então, passam a ser analisadas em termos de *princípios universais* – responsáveis pelo que há de semelhante entre as línguas – e *parâmetros* – responsáveis pela variação, isto é, pelo que as diferencia. Esses são “*propriedades abstratas e primitivas do sistema gramatical cuja fixação de seu valor numa determinada língua implica usualmente um agrupamento específico de propriedades lingüísticas concretamente observáveis*” (RAPOSO, 1992 p. 481). Enquanto os *princípios* da Gramática Universal - UG<sup>4</sup> são o sistema de princípios, condições e regras (...) elementos ou propriedades de todas as línguas humanas... a essência da linguagem humana (CHOMSKY, 1976), os *parâmetros* da UG explicam a variação sintática entre as línguas.

*A gramática de uma língua pode ser considerada como um conjunto particular de valores (os parâmetros), enquanto (os princípios são) o sistema global de regras (...) (que) podemos chamar de um elemento da doação biológica humana, (a) faculdade da linguagem (CHOMSKY, 1982)*

No que se refere ao estudo dos parâmetros lingüísticos, um dos fenômenos que tem sido muito estudado é a possibilidade de algumas línguas apresentarem a posição de sujeito fonologicamente nula. Tal possibilidade diferencia, por exemplo, o português, que permite isso, do inglês, que não permite. O parâmetro responsável por

<sup>3</sup> Competência e *performance* (ou desempenho) são termos técnicos que a Teoria Gerativa entende (resumidamente) como o conhecimento que o falante tem em decidir se uma sentença é gramatical ou não e o uso que ele faz (da competência) para produzir orações, respectivamente. (MIOTO, SILVA; LOPES, 1999)

<sup>4</sup> UG (do inglês, *Universal Grammar*)

essa diferença entre as línguas é o famoso e discutido **Parâmetro do Sujeito Nulo**, ou **Parâmetro *Pro-drop***<sup>5</sup> (CHOMSKY, 1981).

Observe a seguinte oração:

(1) *I am a man.*

Em português, isso pode ser traduzido por uma oração com sujeito nulo:

(2) Sou um homem.

Mas em inglês, em contrapartida, o sujeito nulo é agramatical:

(3) \* *am a man.*

Uma língua *pro-drop*, como é considerado o português, pode ter sujeito nulo em orações declarativas finitas; uma língua não *pro-drop*, como o inglês, não pode.

Orações declarativas em inglês tem a ordem sujeito-verbo:

(4) *The children ate the cake* (RAPOSO, 1992 p. 482)

A ordem verbo-sujeito, em línguas como o português, também é permitida nas orações declarativas:

(5) *Comeram o bolo [as crianças]* (RAPOSO, 1992 p. 482)

enquanto para as línguas que têm o comportamento do inglês, isso não é permitido:

(6) \* *ate the cake [the children]* (RAPOSO, 1992 p. 482)

Entretanto, essas (e outras) interessantes diferenças entre o inglês e o português podem não ser importantes se não forem generalizadas para a UG. O grupo das línguas *pro-drop* ou de sujeito nulo, ao qual pertencem o português, o espanhol, o italiano, permite orações sem sujeito expresso e orações declarativas com inversão de sujeito-verbo. O outro grupo, das línguas não *pro-drop*, como o inglês e o francês, não permite orações declarativas sem sujeito expresso ou com a ordem verbo-sujeito.

***Pro-drop* é, portanto, uma generalização sobre as línguas humanas, um parâmetro da UG, no qual elas variam.**

Os principais aspectos da língua afetados pelo parâmetro *pro-drop* são os dois traços mencionados acima, além de outros que também pertencem ao mesmo fenômeno, (o que se pode verificar em alguns trabalhos de

<sup>5</sup> *Pro-drop*: *pro* é uma abreviatura de "pronome" (ou do inglês, *pronoun*) e *drop* vem do substantivo *drop* que, em inglês, significa "queda". Portanto, a expressão tem a ver com "pronome em queda", "falta/ausência de pronome".

Silva, 1996; Riemsdijk; Williams, 1991; Raposo, 1992), como a extração do sujeito para fora de uma ilha -WH. Segundo a teoria, existem determinadas configurações estruturais, chamadas “ilhas”, para fora das quais uma categoria não pode ser movida por uma regra transformacional; entretanto, as línguas *pro-drop* aparentemente violam esta regra:

(7) [A mulher]<sub>i</sub> que eu não sei quando <sub>i</sub> tinha telefonado.

Outro aspecto se refere ao pronome lembrete nulo em orações subordinadas, como em:

(8) Esta é [a menina]<sub>i</sub> que eu acredito que Ø<sub>i</sub> possa fazer isso.

Por causa do princípio de **subjacência**<sup>6</sup>, a posição sujeito do verbo “possa” em (8) que está vazia não é resultado de movimento, por isso, é definida como um pronome “gerado na base” e denominado “pronome lembrete” (por retomar um elemento já enunciado, porém distante sintaticamente). Línguas *pro-drop* permitem essa posição nula, mas línguas não *pro-drop* como o inglês, não permitem:

(9) \**This is [the girl]<sub>i</sub> I believe Ø<sub>i</sub> can do this.*

Finalmente, também se inclui entre os aspectos afetados pelo parâmetro a aparente violação do filtro “*that-t*” (filtro que impede o movimento do sujeito por cima de um **complementador**<sup>7</sup> lexicalmente realizado):

(10) Quem<sub>i</sub> você pensa que <sub>i</sub> viu esse filme?

Em inglês, a sentença ficaria agramatical:

(11) \**Who<sub>i</sub> do you think that <sub>i</sub> saw this movie?*

O quadro a seguir (COOK; NEWSON, 1998, p. 57, adaptado) compara línguas que são e não são consideradas *pro-drop*, em dois de seus traços particulares:

<sup>6</sup> Subjacência, segundo a Teoria da Gramática Gerativa, é um princípio que regula as operações de movimento de constituinte, que ocorrem de Estruturas Profundas para Estruturas Superficiais (MIOTO, SILVA; LOPES, 1999, p 145 - 176)

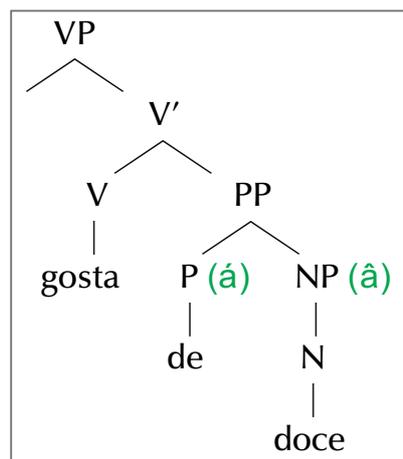
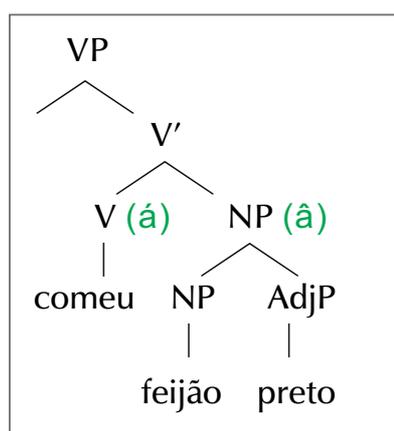
<sup>7</sup> Complementador (em inglês, *complementizer*) denota uma categoria particular de palavra que introduz uma oração, como por exemplo “que” ou “se”.

## Diferenças entre línguas *pro-drop* e não *pro-drop*

Língua	Designação	Sujeito-verbo	Sujeito nulo	Inversão verbo-sujeito
Italiano	<i>Pro-drop</i>	Lui parla	Parla	Parla lui
Árabe	<i>Pro-drop</i>	Huwa yatakallamu	Yatakallamu	Yatakallamu huwa
Chinês	<i>Pro-drop</i>	Ta shuo	Shuo	Shuo ta
Alemão	Não <i>Pro-drop</i>	Er spricht	*spricht	*Spricht er
Francês	Não <i>Pro-drop</i>	Il parle	*parle	*Parle il
Inglês	Não <i>Pro-drop</i>	He speaks	*speaks	*Speaks he

Essa comparação entre línguas exemplifica o parâmetro, mas não o explica. Por que ocorrem essas diferenças? Algumas explicações têm sido apresentadas pela Teoria dos Princípios e Parâmetros.

Dentro dessa Teoria de Princípios e Parâmetros, algumas outras foram propostas, como a **Teoria X-Barra**, a **Teoria Temática**, a **Teoria do Caso** e a **Teoria de Regência e Vinculação**<sup>8</sup>. Essa última assume o conceito de **regência** como uma relação sintática entre um termo regente e um elemento que é regido (RIEMSDIJK; WILLIAMS, 1991). Um verbo rege seu objeto como em: “A Maria *comeu feijão preto*”, em que o verbo “comeu” rege o NP “feijão preto”; ou uma preposição rege um NP, como em “A Maria *não gosta de doce*”, em que a preposição “de” rege o NP “doce”. Ou, segundo a definição de C-Comando<sup>9</sup>, o sintagma verbal “comeu” c-comanda o sintagma nominal “feijão preto” e o sintagma preposicional “de” c-comanda o sintagma nominal “doce”:



<sup>8</sup> Sobre cada uma das teorias, vide Raposo, 1992; Cook; Newson, 1998; Mioto, Silva; Lopes, 1999.

<sup>9</sup> De acordo com a Teoria da Vinculação, a noção de C-Comando é: “ $\alpha$  c-comanda  $\beta$ , se e somente se: (i)  $\alpha$  não domina  $\beta$  nem  $\beta$  domina  $\alpha$  e (ii) cada nó ramificante  $\gamma$  que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ ”. Simplificadamente: “ $\alpha$  c-comanda seu irmão  $\beta$  e todos os seus descendentes”.

Essa mesma Teoria de Princípios e Parâmetros assume a noção de **categoria**, como sendo “os vários elementos que constituem a estrutura de *constituintes* (por exemplo, os sintagmas nominais ou sintagmas verbais (VPs)) de uma expressão lingüística, desde os itens lexicais até à frase” (RAPOSO, 1992, p. 67). Dentre os tipos de categorias, estão as **categorias lexicais**, que são, principalmente, os verbos, adjetivos, preposições, substantivos e advérbios e **categorias não lexicais** ou **funcionais**, que não precisam, necessariamente ser expressas por meio de *palavras*, por isso, “não lexicais”. Essas têm a função eminentemente gramatical. Um exemplo de categoria funcional é a *flexão* (*infl*<sup>10</sup>), que pode se manifestar como afixos (*cant-ei*, *canta-mos*, *cantá-vamos*) ou ser nula (*canta-Ø*) (MIOTO; SILVA; LOPES, 1999, p. 58-60).

A teoria da regência é estendida através do **Princípio da Regência Apropriada**, que assume que categorias lexicais regem apropriadamente; categorias não lexicais, não. Então, conclui-se que substantivos, verbos, adjetivos e preposições exercem regência apropriada, enquanto *Infl*, não.

Essa teoria (de Princípios e Parâmetros) postula também que além das categorias mencionadas, há ainda uma outra, especial para o parâmetro em discussão, chamada **categoria vazia** (*ec*<sup>11</sup>). Essa mesma teoria trata de orações em que não há sujeito fonológico, como tendo uma categoria vazia na posição de sujeito, em vez de considerá-las “orações **sem** sujeito”. Esse é outro princípio da Teoria, chamado **Princípio de Projeção Estendida** (EPP<sup>12</sup>), que diz que a posição de sujeito de IP é obrigatória nas estruturas sintáticas (RAPOSO, 1992, p. 301), ou seja, todas as orações finitas devem ter sujeito. Um outro princípio, o **Princípio das Categorias Vazias** (ECP<sup>13</sup>), assume que todas as categorias vazias devem ser propriamente regidas. Logo, deveriam ser regidas pelas categorias lexicais, que têm capacidade para regê-las apropriadamente (LOBATO, 1988).

Nas línguas que permitem categoria vazia em posição de sujeito (*pro-drop*), essa categoria vazia deve então ser propriamente regida. Mas, neste caso, não são as categorias lexicais que a regem e sim a **flexão**. Então, podemos concluir que *Infl* finito também pode ser um regente apropriado. Nesse caso, *Infl* tem as mesmas propriedades que as categorias lexicais. A categoria vazia *pro* é ‘licenciada’ pelo traço de concordância (*Agr*)<sup>14</sup> de *Infl*.

(12) *pro Agr* cantei muito.

<sup>10</sup> *Infl* (do inglês, *inflection*)

<sup>11</sup> *ec* (do inglês, *empty category*)

<sup>12</sup> EPP (do inglês, *Extended Projection Principle*)

<sup>13</sup> ECP (do inglês, *Empty Category Principle*)

<sup>14</sup> *Agr* (do inglês, *Agreement*).

Conclui-se que a categoria vazia *pro* é licenciada porque a categoria *Agr* é um regente apropriado para aquela categoria. Em línguas não *pro-drop*, uma oração não pode ter um sujeito nulo; isso indica que a categoria vazia *pro* não pode ser propriamente regida e, então, que *Agr* não exerce regência apropriada. A estrutura profunda em inglês:

(13) \* *pro Agr speak very well. (pro Agr fala(mos) bem.)*

é agramatical, porque o constituinte de *Agr* não pode reger apropriadamente *pro*: não tem propriedades lexicais.

O valor para o parâmetro *pro-drop* equivale à escolha se *Agr* constitui regência apropriada ou não. Em outras palavras, em línguas *pro-drop*, *Agr* pode se comportar como uma categoria lexical; em línguas não *pro-drop*, não. (Por esse motivo, em (12) é possível identificar o sujeito e em (13) não é possível.)

Conforme assumi, então, o português é uma língua *pro-drop*. Entretanto, não se faz novidade (para estudos variacionistas) que o português falado no Brasil (PB) possui características que o diferenciam do falado em Portugal (PE). O que muitas pesquisas têm demonstrado é que o PB está deixando de licenciar o nulo referencial. E isso tem sido relacionado à redução da riqueza flexional sofrida pela língua. Essa justificativa é assumida por conhecidos trabalhos brasileiros sobre o assunto, como Lira (1982), Galves (1984), Tarallo (1985), Silva (1996), Duarte (1995).

Pretendendo, então, verificar essa hipótese, vali-me de um *corpus* composto por quatro peças escritas para representação teatral em quatro épocas diferentes – final do século XIX, início, meados e final do século XX – sendo duas delas no Rio de Janeiro e duas no Paraná. Foram coletados cem dados (cem orações) com sujeito pronominal nulo e pleno de cada uma das quatro épocas, quatrocentos dados no total. Estabeleci a variável dependente ‘sujeito nulo’ *versus* ‘sujeito pleno’ e a observei em relação a um conjunto de fatores condicionadores, que foram codificados e submetidos ao programa computacional VARBRUL. Esse programa apresentou valores percentuais para cada um dos fatores correlacionados com a variável dependente, quais foram: *pessoa gramatical; tempo verbal; posição do referente do sujeito e transitividade do verbo.*

A análise dos dados coletados confirmou a queda no uso do sujeito nulo com o decorrer do tempo; a correlação da variável dependente ‘sujeito nulo’ *versus* ‘sujeito pleno’ com os fa-

tores selecionados nos dados mostrou, por sua vez, como e em que partes da gramática está ocorrendo a mudança.

Duarte (1995) afirma que:

*O português do Brasil atual convive com um sistema agonizante, em que ainda se refletem as características pro drop, e com um sistema em desenvolvimento, em que a 'riqueza funcional' perdida (ou seja, a redução dos paradigmas) já não permite a identificação com pro (1995 p. 141-142).*

Ela explica que a perda desse parâmetro “*não se reflete no uso da língua como uma mudança concluída*”.

No trabalho por mim realizado, verifiquei que novas mudanças continuam ocorrendo na sintaxe da língua no que se refere ao parâmetro do sujeito nulo. Por exemplo, Duarte (1995) afirma que a presença de elementos (como de negação, clíticos, advérbios) entre o *Spec* de *IP* e *I*, ou seja, antes do verbo, faz com que o sujeito seja nulo:

(ec) **não** acho

(ec) **só** quero

(ec) **já** foi

caso não haja esses elementos, o sujeito será pleno:

**Eu** acho

**Eu** quero

**Ele** foi

Ora, analisando os dados de meados do século XX, pude comprovar essa hipótese, em orações como:

(14) “(ec) **Não** sei por que o senhor gosta tanto desse lugar”.

(15) “... (ec) **não** sei... parece-me que o senhor gosta”.

(16) “É verdade... (ec) **não** foste embalada por uma mãe”.

Entretanto, no final do século XX, o que se tem são sujeitos plenos com tais elementos entre o sujeito e o verbo flexionado:

(17) “É a coisa mais idiota que **eu já** ouvi”.

(18) “**Eu não** sei”.

Poder-se-ia considerar que se trata de uma continuação de mudança sintática referente à pronominalização do sujeito?

Duarte (1996), analisando peças de teatro escritas entre 1845 e 1992, evidencia que o PB evoluiu de um sistema pronominal com seis formas distintas mais dois sincretismos – representados pela segunda pessoa indireta (você) que utiliza flexão de 3ª pessoa (paradigma 1 - quadro 2), para um paradigma que apresenta quatro formas, graças à perda da segunda pessoa direta (paradigma 2 - quadro 2) e que coexiste com outro (paradigma 3 - quadro 2) em que se vêem apenas três formas, como consequência da perda do pronome *nós*, substituído pela expressão *a gente* que se combina com flexão de 3ª pessoa do singular (também).

### Evolução nos paradigmas flexionais do PB

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1ª	Singular	Canta-o	Canta-o	Canta-o
2ª direta	Singular	Canta-s		
2ª indireta	Singular	Canta-0	Canta-0	Canta-0
3ª	Singular	Canta-0	Canta-0	Canta-0
1ª	Plural	Canta-mos	Canta-mos	Canta-0
2ª direta	Plural	Canta-is		
2ª indireta	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m
3ª	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m

Nos períodos em que o paradigma 1 está em funcionamento, há uma nítida preferência pelo sujeito nulo, tanto com as formas tu e vós (2ª pessoa direta), quanto com as formas de tratamento (2ª pessoa indireta). A partir do momento em que ocorre a perda da 2ª pessoa direta, a opção pelo sujeito nulo cai para 69% em 1918 e para 25% em 1937. (DUARTE, 1996 p. 107-128).

Das pessoas do discurso, a única que não parece ter sido afetada pela redução no paradigma é a 3ª pessoa. Há uma ligeira tendência de queda na segunda metade do século, mas o sujeito nulo continua sendo a opção preferida.

Segundo a autora, o que explica a presença de sujeito nulo de 3ª pessoa é o fato de *pro*, nesse caso, poder ser reforçado por um elemento externo que torna sua identificação possível.

Em sua tese de doutorado, Duarte (1995) analisou a posição do sujeito em orações finitas e examinou os sujeitos de referência definida (por exemplo: “E **você**? O que é que **você** faz aqui?”, em que o pronome **você** se refere a uma pessoa demarcada,

exata, precisa, no caso, com quem se fala no discurso) e os de referência arbitrária (por exemplo, "**Você** tem uma visão mais ampla, mas longínqua das coisas.. **você** não fica tão contido quanto aqui. Aqui, **você** sai, **você** vê muito concreto na tua frente. Lá não, lá **você** tem uma visão do litoral..." em que o pronome **você** se refere a qualquer ser que possa realizar as ações contidas no discurso), numa amostra sincrônica, cujos informantes tinham formação universitária e foram divididos em três grupos. Os resultados obtidos foram os seguintes: dos sujeitos com referência definida, 29% apresentaram o sujeito nulo, enquanto 71% o sujeito pronominal pleno. Os de referência arbitrária apresentaram um total de 65% de sujeitos plenos e 35% de nulos.

Com relação às pessoas gramaticais, somadas aos fatores extralingüísticos, foi constatado que os percentuais mais baixos de sujeitos nulos ocorrem na 2ª pessoa com os grupos 2 (entre 45 e 53 anos) e 3 (entre 25 e 32 anos), com 6% e 8% respectivamente e com o grupo 1 (de 59 a 74 anos), apresentando 20%. Depois, tem-se a 1ª pessoa com 33% de ocorrências (grupo 1) e 21% (grupos 2 e 3). Finalmente, a 3ª pessoa, com os índices mais altos de sujeitos nulos (50%, 35% e 33%, grupos 1, 2 e 3, respectivamente).

Quanto à fala da mídia, os percentuais confirmam o resultado obtido na fala espontânea para todas as pessoas gramaticais, destacando-se, apenas, que, enquanto a fala da mídia privilegia o sujeito nulo na 3ª pessoa do plural, a dos informantes prefere a 3ª do singular.

Como já disse, os resultados de sua análise revelam que a língua convive com um sistema agonizante, em que ainda se refletem as características *pro-drop* e um sistema em desenvolvimento, em que a "riqueza funcional" já não permite a identificação de *pro*.

É interessante citar também alguns dos artigos que Kato & Negrão (2000) organizaram numa coletânea sobre o sujeito nulo no PB. Alguns deles não confirmam a hipótese da qual me posiciono a favor, ou seja, a relação da mudança paramétrica com a simplificação do quadro flexional, o "empobrecimento" de Agr.

Por exemplo, o trabalho de Negrão & Viotti (2000) apresenta uma outra justificativa, que não "morfologia empobrecida" (tendo como embasamento essa terceira pessoa que resiste à mudança): **os pronomes nulos no PB são categorias vazias ligadas**. O sujeito nulo referencial de terceira pessoa tem sua interpretação recuperada por contextos discursivos e pragmáticos, o que explica a resistência ao seu preenchimento por uma expressão pronomi-

nal. Assim sendo, as autoras afirmam que o PB estaria se aproximando de línguas orientadas para o discurso e não para a sentença, mas a causa dessa aproximação não é o enfraquecimento da concordância. As autoras declaram que as mudanças que já foram observadas no uso ou não do sujeito pronominal revelam uma “especialização de formas” e não substituição da categoria zero pela pronominal; ou seja, há contextos em que a categoria zero é sempre usada (quando tiver sua interpretação garantida por um antecedente), enquanto, em outros contextos, existe a necessidade de um pronome para a interpretação adequada.

Outro autor que também não assume o empobrecimento de *Agr* como a causa da mudança paramétrica é Marcelo Modesto: ele contesta a teoria da relação entre concordância rica e licenciamento de sujeitos nulos (hipótese defendida por vários autores em Roberts e Kato (1996)). Para Modesto (2000), embora exista correlação entre *Agr* e argumentos vazios em algumas línguas, **isso** é parametrizável. O PB seria uma língua que escolhe a identificação do sujeito nulo por ligação a uma posição não argumental, o que faria dele uma língua orientada para o discurso.

Entretanto, a coletânea traz artigos como o de Kato (2000), que apresenta uma teoria do parâmetro do sujeito nulo que associa a perda do sujeito nulo referencial e inversão livre (VOS) à mesma propriedade morfológica do sistema de concordância. Assim sendo, os sujeitos nulos de terceira pessoa (“mais resistentes à mudança”) e as construções VS com verbos ergativos e de ligação seriam vistos como parte de uma gramática estável, uma vez que a morfologia apresenta certas irregularidades.

Silva (2000), por sua vez, estuda os tipos de estruturas em que ocorrem pronomes lexicais e categorias vazias na posição de sujeito em orações finitas e conclui que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial: em orações principais, os sujeitos nulos podem ser identificados como “*constante nula para a primeira pessoa ou como pronominal ligado (variável) para a terceira. Nas orações subordinadas, esses têm comportamento de variável e de pronome anafórico*” (2000:127-131).

Finalmente, a coletânea traz mais um artigo de Duarte, que compara o PB com o PE, na expressão dos sujeitos referenciais definidos e arbitrários. O estudo prevê que o sistema defectivo de sujeito nulo do PB atual é um estágio na direção de mudança paramétrica que **vai tornar o PB uma língua de sujeito pronominal obrigatoriamente pleno.**

Existe ainda uma rica bibliografia, além dessas pesquisas que citei, a respeito desse objeto de estudo. Por isso, julgo que o empobrecimento de *Agr* pode não ser a única causa da variação sobre o uso da categoria nula pronominal na posição sujeito, no PB. Entretanto, o fato de se haver soluções diferentes para as três pessoas do discurso não quer dizer que o empobrecimento de *Agr* não possa estar na origem do processo. Considera-se fato certo e indubitável esse empobrecimento da concordância em nossa língua.

### Referências bibliográficas

CHOMSKY, Noam. **Reflections on language**. London: Tample Smith, 1976.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1982

COOK, Vivian; NEWSON, Mark. **Chomsky's universal grammar: an introduction**. Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1998

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro**. 1995. ... f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS Ian; KATO Mary Aizawa. (Orgs) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 107-128

GALVES, Charlotte. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 7, p. 107-136, 1984

KATO, Mary Aizawa. The partial pro-drop nature and the restricted vs order in brazilian portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (Org.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert. 2000

KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (Org.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert. 2000.

LIRA, Solange de Azambuja (1982) **Nominal, pronominal and zero subject in brazilian portuguese**. 1982. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania: University Microfilms International.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. O princípio das categorias vazias: evolução e tendências. **D.E.L.T.A.** v. 4 n. 2, p. 225-263, 1988.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Ed. Insular, 1999.

MODESTO, Marcelo. Null subject without "rich" agreement. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (Org.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert. 2000.

NEGRÃO, Esmeralda & VIOTTI, Evani. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Org.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert. 2000.

RAPOSO, Eduardo. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.

RIEMSDIJK, Henk Van; WILLIAMS, Edwin. **Introdução à teoria da gramática**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROBERTS, Ian. & KATO, Mary Aizawa. (Orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **A posição sujeito no português brasileiro**: frases finitas e infinitivas. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo. Main and embedded null subjects in brazilian portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (Org.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert. 2000.

TARALLO, Fernando. The filling of the gap: PRO-DROP rules in Brazilian Portuguese. In L. D. KING; C. A. MALEY (Eds.) **Selected papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages**. Capel Hill, N.C., 24-26 March 1983. Published as **Current Issues in Linguistic Theory**, 36. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

**Maridelma Laperuta**

Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa  
pela UNESP-C.Ar.

Docente de Língua Portuguesa da  
UNIOESTE-C.Foz do Iguaçu